



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 32 | Jan./Jun. de 2025

**Kauan Willian dos Santos**

*Universidade de São Paulo / USP.*

kauanwillianog@gmail.com

**Arthur Guimarães de Oliveira Castro**

*Universidade Estadual Paulista / UNESP.*

agocbr92@gmail.com

# A ECOLOGIA ANARQUISTA: ideias e práticas do socialismo libertário sobre as relações entre natureza e sociedade.

---

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as relações entre natureza, ecologia e sociedade no contexto do pensamento e das práticas do socialismo libertário. Para isso, são examinadas as contribuições de alguns teóricos — como Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin, Élisée Reclus e Murray Bookchin —, além de dois de seus principais processos revolucionários: a Revolução Mexicana e a Revolução Ucraniana, com o intuito de destacar as práticas ecológicas implementadas por militantes e organizações.

**Palavras-chave:** Ecologia Libertária; Anarquismo; Socialismo

---

## ABSTRACT

This article aims to analyze the relationships between nature, ecology, and society within the context of libertarian socialist thought and practice. To this end, it examines the contributions of key theorists — such as Mikhail Bakunin, Peter Kropotkin, Élisée Reclus, and Murray Bookchin — as well as two of its main revolutionary processes: the Mexican Revolution and the Ukrainian Revolution, with the aim of highlighting the ecological practices implemented by activists and organizations.

**Keywords:** Libertarian Ecology; Anarchism; Socialism.

## Introdução

Com o colapso da União Soviética, as críticas às experiências socialistas de caráter autoritário, aliadas às campanhas pacifistas contra a Guerra do Vietnã e ao movimento antinuclear, impulsionaram o surgimento de novos grupos e correntes políticas, frequentemente reunidos sob o rótulo de Nova Esquerda europeia. Nesse contexto, muitos desses novos atores passaram a defender a ideia de que a natureza constituía um componente fundamental para a formulação de pensamentos progressistas ou radicais (LÖWY, 2014, p. 9).

Apesar da chamada guinada ecológica de setores da esquerda, o desmatamento, a poluição dos oceanos e dos lençóis freáticos, as emissões de carbono e outros danos ambientais não apenas se intensificaram globalmente, mas também expuseram a falibilidade dos pactos entre Estados nacionais para reverter essa situação. Isso ocorre porque essas práticas estão intrinsecamente ligadas ao próprio modo de produção capitalista e aos interesses de grupos dirigentes burocratizados.

Neste sentido, acreditamos que o anarquismo, a corrente socialista ou comunista libertária, embora caluniada, negligenciada e reprimida, tanto pelas forças políticas ligadas aos interesses do capital como pelas esquerdas hegemônicas, apresentou, desde o seu início, uma visão de que a natureza e os diversos povos das florestas e do campo eram agentes ativos para uma sociedade mais justa, equilibrada, ou, como chamavam, socialista e libertária.

Entre as ideologias que nasceram no contexto da emergência do capitalismo e do Estado-nação durante o século XIX, o anarquismo foi uma das correntes que sofreu as piores abordagens, tornando-se mal compreendido ou mal estudado, apesar de sua existência ter mais de 150 anos e de sua participação em grandes eventos revolucionários ou insurrecionais. Podemos observar que os Estados nacionais atrelados aos interesses do capital global, esforçaram-se para não só reprimir fisicamente os militantes e intelectuais anarquistas e socialistas libertários, mas também de maneira ideológica. Além disso, essa repressão também foi seguida nas experiências chamadas “socialistas reais” entre a esquerda que foi hegemônica na Guerra Fria. Visões equivocadas ou rasas atingem igualmente, assim, até os simpatizantes libertários (CORRÊA, 2015, p. 55-101).

Nas últimas duas décadas, a retomada de organizações anarquistas mais sólidas, a valorização da história dos trabalhadores e das esquerdas sob o prisma da “história vista de baixo”, da “nova História do Trabalho”, da renovação da “História Política”, assim como da “História Global do Trabalho” e as renovações da Sociologia do Trabalho fizeram com que o anarquismo fosse mais bem estudado e compreendido (MARGARUCCI, 2020, p.249-280).

Este artigo tem como objetivo analisar as relações entre natureza, ecologia e sociedade no contexto do pensamento e das práticas do socialismo libertário. Para isso, são examinadas as contribuições de alguns teóricos — como Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin, Élisée Reclus e Murray Bookchin —, além de dois de seus principais processos revolucionários: a Revolução Mexicana e a Revolução Ucraniana, com o intuito de destacar as práticas ecológicas implementadas por militantes e organizações. Argumenta-se que a tradição do socialismo libertário oferece contribuições relevantes para os debates contemporâneos sobre as questões climáticas, não apenas no âmbito das esquerdas, mas também no diálogo com a sociedade em geral.

### **A construção do anarquismo e as relações entre natureza e sociedade nos seus teóricos**

O anarquismo é um tipo de socialismo revolucionário que se desenvolveu nas lutas dos trabalhadores e dos oprimidos na segunda metade do século XIX. Embora bebendo de fontes de tradições de luta como as experiências dos setores mais radicais da Revolução Francesa, da Revolução Inglesa, das lutas anticoloniais como a Revolução Haitiana, da Primavera dos Povos e do republicanismo radical, o anarquismo nasce precisamente com a experiência da Primeira Internacional dos Trabalhadores, principalmente com o setor coletivista que havia fundado a Aliança da Democracia Socialista, radicalizando a proposta dos mutualistas e confrontando as estratégias estatistas socialistas, como a dos marxistas e a dos blanquistas (CORRÊA, 2015, p. 253-275).

A Aliança defendia o fortalecimento dos órgãos de associação dos trabalhadores — em âmbitos local, nacional e internacional —, propondo que fossem ampliados, dinamizados e impulsionados como expressão de uma “força social” orientada pela luta de classes, com o objetivo de enfrentar a classe

dominante, o Estado-nação e as instituições religiosas opressoras. Para Mikhail Bakunin, um dos seus militantes,

o problema não é saber se o povo pode se sublevar, mas se é capaz de construir uma organização que lhe dê os meios de se chegar a um fim vitorioso – não por uma vitória fortuita, mas por um triunfo prolongado e derradeiro (BAKUNIN; MAXIMOFF, 2007, p.70).

A forma organizacional sindical autogestionária, costurando as questões sociopolíticas, teria a missão, segundo os aliancistas e boa parte dos aderentes da Internacional, de construir uma administração política da sociedade de ordem federativa, nas quais as decisões sejam feitas sempre respeitando uma democracia de base, desde o nível local até o internacional. Tanto a democracia liberal e burguesa quanto um Estado centralizado gerido apenas por um grupo são rejeitados nessa visão. A forma política por “representação” estatista seria substituída pela participação das pessoas, decidindo e construindo as decisões econômicas, políticas e sociais a partir dos seus locais de trabalho, territórios em nível municipal, passando para os organismos e confederações estaduais e, por fim, para níveis maiores até chegar nas federações internacionais. Bakunin, logo em 1865, declarava a necessidade de cada país

substituir a organização centralista, burocrática e militar por uma organização federal, baseada na liberdade absoluta e na autonomia das regiões, das províncias, dos municípios, das associações dos indivíduos com funcionários eletivos e responsáveis diante do povo, e com o armamento nacional, organização que não se formará, como atualmente, de cima para baixo, mas de baixo para cima, e da circunferência para o centro, pelo princípio de federação livre, partindo dos indivíduos livres, que formarão as associações, as comunas autônomas, das comunas autônomas que formarão as províncias autônomas, das províncias autônomas que formarão as regiões e das regiões que, federalizando-se livremente entre si, [...] formarão cedo ou tarde a federação universal e mundial (BAKUNIN, 2006, p. 58).

Para os aliancistas, a forma Estado-nação suprimia as múltiplas formas de organização dos povos, tanto na Europa quanto em outras regiões do mundo. Por essa razão, consideravam que a forma comunal — desde que articulada a organizações de classe de caráter internacional e orientada pela perspectiva socialista — representava o caminho mais adequado para garantir o respeito à diversidade étnica e à autodeterminação dos povos. Assim, “de baixo para cima, segundo as necessidades reais e as tendências naturais das partes, pela livre

federação dos indivíduos e das associações, das comunas, dos distritos, das províncias e das nações na humanidade” (BAKUNIN, 1988, p. 100).

Para o pesquisador Felipe Corrêa (2021), o russo Mikhail Bakunin, um dos principais formuladores do anarquismo, tinha como fundamento a análise da realidade pelo “materialismo científico-naturalista”. Essa visão considerava a sociedade como um alongamento da natureza, analisando “tudo o que existe, os seres que constituem o conjunto indefinido do universo, todas as coisas existentes no mundo, qualquer que seja por outra parte sua natureza particular” (BAKUNIN, 1870). Bakunin entendia que a humanidade é concebida como parte da natureza-matéria, que envolve

toda a escala dos seres reais, conhecidos e desconhecidos, desde os corpos orgânicos mais simples até a constituição e o funcionamento do cérebro do maior gênio: os mais belos sentimentos, os maiores pensamentos, os fatos heróicos, os atos de devoção, tanto os deveres como os direitos, tanto o sacrifício como o egoísmo, tudo, até as aberrações transcendentais e místicas [...], do mesmo modo que as manifestações da vida orgânica, as propriedades e as ações químicas, a eletricidade, a luz, o calor, a atração natural dos corpos, constituem aos nossos olhos tantas evoluções, sem dúvida diferentes, mas não menos estreitamente solidárias, dessa totalidade de seres reais que chamamos de matéria [ou natureza] (BAKUNIN in CORRÊA, 2021, p. 334).

Felipe Corrêa (2021) diz que a natureza-matéria, nessa visão, “engloba tudo o que existe na vida, seja mais ou menos complexo, mais ou menos conhecido; o mundo não orgânico e orgânico; tudo que pertence ao reino mineral, vegetal, animal, humano.” Assim, “abrange não apenas fatos, mas também ideias, não somente elementos objetivos, mas também subjetivos – e, além disso, suas transformações, suas produções e incessantes reproduções” (CORRÊA, 2021, p. 335).

Bakunin entendia que a natureza e a sociedade tinham uma relação “multicausal entre as partes e o todo que produz e reproduz os fatos, processos e procedimentos da vida e dos mundos: cada ponto atuando sobre o todo (eis aí o universo produzido), e o todo atuando sobre cada parte (eis aí o universo produtor ou criador)” (BAKUNIN in CORRÊA, 2021, p. 335). Nesse sentido, para entender essa ordem natural, a proposta política do militante também deveria conceber uma unidade que respeitasse a diversidade desses elementos, “o federalismo, o socialismo e o antiteologismo” apareciam, assim, como respostas

a essa visão da natureza. A proposta dele, portanto, era um tipo de programa sincrônico com o desenvolvimento da própria natureza-sociedade, ou seja, uma forma de organização da sociedade com a própria realidade assim concebida.

Outro pensador fundamental do anarquismo, o geógrafo Piotr Kropotkin, também refutava a ideia de oposição ou exterioridade do ser humano em relação à natureza. Em consonância com Bakunin, Kropotkin via o mundo natural e o mundo material como inseparáveis, formando uma totalidade única da realidade. Essa perspectiva naturalista haveria sido gestada, segundo Kropotkin, ao longo do movimento intelectual iluminista, conforme ele desenvolve em seu escrito “Ciência Moderna e Anarquismo”:

O movimento intelectual de nossa própria época originou-se nos escritos dos filósofos escoceses e franceses de meados e do final do século XVIII. O despertar universal do pensamento que começou naquela época estimulou esses pensadores a desejar incorporar todo o conhecimento humano em um sistema geral. Pondo de lado a escolástica e a metafísica medieval, até então suprema, eles decidiram olhar para toda a Natureza – o mundo das estrelas, a vida do sistema solar e do nosso planeta, o desenvolvimento do mundo animal e das sociedades humanas – como sobre fenômenos abertos à investigação científica e que constituem tantos ramos das ciências naturais (KROPOTKIN, 1903).

Para o teórico russo, o desenvolvimento do anarquismo só foi possível por estar profundamente atrelado a tal processo, pois ele é “o resultado inevitável daquele movimento natural-científico” e seu objetivo passa por “formar um conceito científico do universo, abrangendo toda a natureza e incluindo o homem” (KROPOTKIN, 1903). Contudo, é importante não confundir o discurso de verniz científicista do próprio Kropotkin com o pensamento positivista. Para ele, quando se fala em natureza e suas leis, não se pode esperar que elas tenham “um poder fatalista do qual é impossível se livrar”, mas, ao contrário, que o ser humano, compreendendo o funcionamento do mundo natural, pode se adaptar, de modo a viver harmoniosamente. Como ele reconhece,

não se deve esquecer que os homens de ciência também são apenas humanos, e que a maioria deles pertence por descendência às classes possuidoras, e estão imersos nos preconceitos de sua classe, ou então estão a serviço do governo. Não é das universidades, portanto, que vem o Anarquismo. Como Socialismo em geral, o Anarquismo nasceu entre as pessoas; e continuará a ser cheio de vida e poder criativo apenas enquanto for uma coisa do povo (KROPOTKIN, 1903).

Na sua obra “Ajuda Mútua: um fator de evolução”, publicada em 1902, Kropotkin rejeita as hipóteses darwinistas de que a competição levaria à evolução, afirmando que foi o apoio entre diversas espécies que contribuiu para a sobrevivência e o equilíbrio da natureza. Dessa forma, Kropotkin, além de tratar das questões de ciências biológicas, também unia as ciências sociais com as naturais, e usava esse argumento para rebater a ideia de que a competição do livre mercado era necessária. Ele pontuava, ainda, a própria questão da dominação de classe e entre espécies, já que “a solidariedade entre os seres vivos não era um apelo societário, mas o instinto que contribuía para que todos os seres vivos evoluíssem e gerassem descendentes” (DE PAULA, 2017, p. 12).

Em “A Conquista do Pão”, escrito em 1892, ao contrário da maioria dos panfletos europeus socialistas que privilegiavam o trabalhador-fabril e uma conquista de poder político no molde europeu, Kropotkin lançava as bases para o direito “ao bem-estar para todos”, incluindo uma expropriação contra o capitalismo e o latifundiarismo, o que contemplava “cidades, casas, campos, oficinas, vias de comunicação” retornando “à comunidade tudo o que servir para se obter o bem-estar” (KROPOTKIN, 2011, p. 27). Sua teoria, ancorada como geógrafo, não só observando o mundo industrial, mas, por exemplo, a Sibéria, constatou que os camponeses e caçadores tinham conhecimento de formas diretas de cooperação e sociedades mais igualitárias. Essa experiência estava relacionada com uma proposta que englobava oprimidos de diferentes sistemas econômicos, políticos e sociais.

Nesse sentido, olhando para a história europeia, ele defendia, ainda em 1890, que “os últimos 50 anos forneciam a prova viva da impotência do governo representativo”, que apenas serviu como uma forma de subjugar a liberdade social e econômica, e centralizar o poder político nas classes abastadas. Ao contrário, “uma sociedade livre, reentrando na posse da herança comum e na livre federação” (KROPOTKIN, 2011, p. 24) era o projeto colocado pelo teórico e militante russo. A proposta não consistia em um retorno à Idade Média, como frequentemente acusavam socialistas e republicanos estatistas ao criticar anarquistas e socialistas libertários, mas sim em buscar uma forma organizacional capaz de, diante da falência do Estado, articular modelos políticos e econômicos diversos sem recorrer à opressão. A comuna era concebida, nesse sentido, como uma forma sincrônica de organização política e econômica, capaz

de conectar experiências das Américas, do Oriente e do Ocidente. Ele dizia que “todos os movimentos tiveram esse caráter de universalidade e variedade, é necessário reconhecer a variedade: é a própria vida” (KROPOTKIN, 2021, p. 21). Também devemos citar que, na obra “A Conquista do Pão”, o modelo de economia visando o bem-estar e não o lucro foi na contramão do crescimento econômico e sua tendência ao colapso ambiental contemporâneo. Para Kropotkin,

que uma sociedade, cidade ou território assegure a todos os seus habitantes o necessário (e nós vamos ver como a concepção do necessário poderá apoderar-se de tudo que é indispensável para produzir, isto é, da terra, das máquinas, das oficinas, dos meios de transporte, etc). Não deixará de expropriar os detentores atuais do capital para o entregar à comunidade. Com efeito, o que se lança em rosto à organização burguesa não é só o capitalista açambarcar uma grande parte dos benefícios de cada empresa industrial e comercial, permitindo-lhe que viva sem trabalhar; a principal queixa, como já notamos, é que toda a produção tomou uma direção absolutamente falsa, visto que não se faz no intuito de assegurar o bem-estar de todos; está nisso a sua condenação (KROPOTKIN, 2011, p. 40).

Dessa forma, o anarquismo teria que buscar um equilíbrio entre a natureza e a sociedade, esferas que foram separadas erroneamente. Sendo assim, a forma comuna descentralizada que integra o trabalho com a terra seria imprescindível para esse desenvolvimento histórico. Para ele, “uma sociedade livre, reentrando na posse da herança comum, deverá buscar no livre agrupamento e na livre federação dos grupos uma organização nova” (KROPOTKIN, 2011, p. 37).

Outro geógrafo das fileiras anarquistas, o francês Élisée Reclus, hoje conhecido como um dos expoentes da geografia social, elaborou inúmeras considerações sobre a natureza e a sociedade. Para o autor José Maria Ferreira (2006), o anarquista foi um dos precursores de uma ecologia libertária. Na teoria ele sistematizou que “o progresso civilizatório da espécie humana implica um equilíbrio ecossistêmico com todas as espécies animais e vegetais” (FERREIRA, 2006, p. 113).

Reclus também havia participado da Primeira Internacional dos Trabalhadores e se tornou um aliancista. O pesquisador e militante visitou a América do Sul e pôde observar sociedades originárias. Elaborou, então, uma geografia que considerava “a cooperação, a solidariedade, a liberdade e o amor, a ser desenvolvido pelos indivíduos e os povos em escala universal”

(FERREIRA, 2006, p. 113) e que o Estado, o capital, a dominação religiosa e a de classes, o colonialismo, assim como a divisão de fronteiras artificiais seriam entraves a essa visão ecológica.

Ele havia entendido que existiam diversas formas de organização social que estavam em sincronia com os elementos naturais, num ritmo sustentável. As atividades como a coleta, a colheita e a caça respeitavam as estações do ano e não eram produzidas para estocar ou acumular em grande extensão, dessa forma garantindo recursos naturais. O colonialismo, assim, não era apenas uma forma de dominação entre grupos humanos, mas que atingia esses ecossistemas, o que seria perigoso para o equilíbrio do planeta. Não só o colonialismo, mas a forma Estado-nação, junto à industrialização de molde europeu, era um risco para a destruição dessas culturas e formas de vivência em sincronia com a natureza.

Na visão de Reclus, a luta de classes seria um elemento para buscar a liberdade dos indivíduos e dos grupos sociais, mas também para restabelecer um equilíbrio com a natureza. Para ele, “o equilíbrio das sociedades só é instável por causa do distúrbio imposto aos indivíduos em sua franca expansão” (RECLUS in ANDRADE, 1985, p. 17). A ordem burguesa e estatista, que busca controlar a força de trabalho e a expansão dos seres, seria a mesma que emperrava o desenvolvimento natural. Nesse sentido, “é a observação da Terra que nos explica os acontecimentos da História, e esta nos leva, por sua vez, a um estudo mais aprofundado do planeta, a uma solidariedade mais consciente do nosso indivíduo, ao mesmo tempo tão pequeno e tão grande, como o imenso universo” (RECLUS in ANDRADE, 1985, p. 17).

Devemos destacar que nem sempre ideias ecológicas foram consonantes com o socialismo libertário. Durante o desenvolvimento do anarquismo durante as próximas décadas, muitas vezes, seguindo outras correntes socialistas, ideias do progressismo ou de desenvolvimentismo típicos do século XIX, assim como posições etnocêntricas ou eurocêntricas, moldaram muitos de suas práticas e pensamentos. Não obstante, havia um rastro importante dessa discussão nas suas elaborações teóricas e práticas, inclusive nos seus autores mais lidos e compartilhados.

Em meados do século XX, outro teórico que exerceu enorme influência sobre tal assunto entre anarquistas foi Murray Bookchin. De longe, ele é

certamente o nome libertário mais popular no debate sobre ecologia. Inicialmente marxista, ele se desilude com o leninismo (primeiro, com sua variante stalinista e, depois, com a orientação trotskista) e, gradualmente, passa a se aproximar do anarquismo, até sua adesão definitiva nos anos 1960.

No ano de 1962, Bookchin publicou “Sobre o nosso ambiente sintético”, obra pioneira na área do socialismo ecológico, na qual abordou os impactos negativos do uso de compostos químicos sobre o planeta Terra. Em 1982, Murray Bookchin escreveu sua principal obra, “A Ecologia da Liberdade”, em que desenvolveu com profundidade seu conceito de natureza. Resgatando a concepção naturalista de Kropotkin e combinando-a com a dialética hegeliana e a cosmovisão de alguns povos originários e tradicionais, Bookchin realiza um profundo estudo sobre a relação do ser humano com o mundo, no qual compreende a humanidade não como um sujeito externo à natureza, mas como parte ativa dela.

Em sua análise - que também já estava presente em Reclus -, o ser humano tem duas naturezas. A “primeira natureza” seria o seu ponto de partida, seu aspecto biológico, que, num segundo momento, desenvolve dialeticamente para sua “segunda natureza”, a natureza social. Dessa maneira, a sociedade é uma derivação do mundo natural e, portanto, não há e não pode haver qualquer conflito do ser humano contra a natureza externa ou interna. Com isso, podemos ver a clara influência de Kropotkin, principalmente na obra “Apoio Mútuo”, na qual descreve a evolução das espécies baseada no desenvolvimento cooperativo entre animais, incluindo as comunidades humanas.

De modo inovador, Bookchin incorporou reflexões dos povos indígenas, africanos e asiáticos em sua crítica ao colonialismo. A concepção de totalidade extraída de Hegel seria facilmente combinável com o modo de pensar e viver das sociedades não europeias, desde seu senso de coletividade - em oposição ao individualismo burguês - até o seu senso de pertencimento ao mundo natural em oposição à noção de luta contra a natureza. Em uma recusa do discurso determinista de fases históricas, Bookchin pontua que

é importante lembrar que a sociedade de classes não é uma criação da humanidade como um todo. Em sua forma mais impiedosa, é a ‘conquista’ daquela proporção numericamente pequena de ‘povos avançados’ que foram em grande parte confinados à Europa. De longe, a grande massa de seres humanos que ocuparam o planeta antes da

Era da Exploração desenvolveu alternativas próprias ao capitalismo, até mesmo à sociedade de classes (BOOKCHIN, 1972, tradução nossa).

Se é verdade que Murray Bookchin foi um duro crítico ao positivismo (incluindo a popularizada sociobiologia, que reduz o comportamento humano ao determinismo biológico, em particular o genético) e da razão instrumental, ele também recusou o discurso anti-iluminista e anti-humanista que vinha se expandindo a partir dos anos 1970-80. A rejeição aos valores de universalidade e de progresso - entendidos aqui como o uso da razão humana para pensar e transformar o mundo - foi compreendido como uma mentalidade profundamente reacionária.

Dessa maneira, em 1995, o teórico norte-americano publica “Reencantando a Humanidade”, obra que busca resgatar os valores humanistas do Iluminismo, e desfere um golpe central em algumas teorias irracionistas (muitas lidas como pós-estruturalistas). É o caso da “ecologia profunda” e do “primitivismo”, que, a partir de um eurocentrismo invertido, promovem uma visão simplista e reducionista sobre o que é a natureza, bem como sobre o modo de vida dos povos originários e tradicionais:

Essa romantização não é apenas extremamente ingênua, mas também impõe uma carga ideológica aos povos aborígenes que minimiza seus reais problemas, necessidades e esperanças de um futuro melhor. Pior ainda, o mito do ‘bom selvagem’ obriga os aborígenes a serem seres superiores, quase angelicalmente virtuosos e exemplares em comportamento e pensamento, se quiserem desfrutar do prestígio do reconhecimento euro-americano e dos direitos que merecem. (BOOKCHIN, 1995, p.120, tradução nossa).

Bookchin também demonstra como muitos dos discursos de “retorno à natureza”, longe de cumprirem um papel de promoção de valores ecológicos e sociais, na verdade estão imbuídos em concepções eugênicas e protofascistas, não sendo poucos os que escorregam para um ecofascismo neomalthusiano. A adesão a um projeto anticolonial, ecológico e socialista, argumentou, deve servir para a construção de uma nova sociedade socialista, e não para uma distorção reacionária sobre um passado inexistente. Para o autor, uma sociedade igualitária também passa pelo igualitarismo entre a civilização e as demandas e funcionamentos da natureza, desenvolvendo-se de forma harmônica e integrada, e constituindo tecnologias e conhecimentos a partir dessa

perspectiva, o que ficou conhecido, por outras correntes e ideologias, como o “bem viver”.

### **Revoluções anarquistas no México e na Ucrânia: a construção de uma ecologia libertária na prática.**

No início do século XX, no México, tais pensamentos e ações anarquistas começaram a penetrar no caldo reivindicativo que era contrário à ditadura de Porfirio Díaz. Em 1900, os irmãos Enrique, Jesús e Ricardo Flores Magón publicam o periódico *Regeneración*, primeiramente de caráter reivindicativo heterodoxo, mas logo se aproximando do conceito de ação direta, próximos do anarquismo. O grupo reunido em torno do periódico foi responsável pela construção do Partido Liberal Mexicano (PLM), uma organização política de orientação libertária que buscava articular diversas forças sociais na luta contra o governo ditatorial. Em seu programa, o PLM defendia pautas como a abolição da pena de morte, a obrigatoriedade do ensino básico até os 14 anos, a instituição de um salário mínimo, entre outras demandas alinhadas às reivindicações promovidas pelo movimento operário internacional.

Não obstante, o PLM e o *Regeneración* também defendiam e colocavam em evidência a expropriação e a coletivização dos latifúndios e de terras não cultivadas (MALDONADO, 2015, p. 49-50). Tanto na região de influência do PLM, a Baja Califórnia, quanto no centro, com o grupo anarquista Lucha e Casa Del Obrero, e no Sul, em Morelos, onde Emiliano Zapata construiu uma síntese entre a luta indígena local e ideias libertárias, a questão da luta camponesa e da terra se transformou em um dos pilares desse processo revolucionário. Zapata, com um exército que chegou a ter 70 mil combatentes, colocava no seu Plano de Ayala que

Em virtude do fato de que a imensa maioria de *pueblos* e cidadãos são donos somente da terra sob o seu corpo, sofrendo os horrores da pobreza sem conseguir melhorar a condição social em qualquer maneira, ou se dedicam à Indústria ou Agricultura, pois as terras, madeira e água são monopolizadas em poucas mãos, por isso, será expropriado um terço desses monopólios dos seus donos, com indenização prévia, para que os *pueblos* e cidadãos possam obter ejidos, colônias e fundações para os *pueblos*, ou os campos para plantar e trabalhar, e para a prosperidade e melhora do bem-estar de

todos os mexicanos. (Ayala Plan in WOMACK, 1968, p. 400, tradução nossa).

A constatação de que a defesa da terra estava em consonância com o bem-estar dos precarizados, para o pesquisador Sergio Maldonado (2015), só pode ter sido desenvolvida devido às propostas dos irmãos Magón, que, por sua vez, buscaram conceitos de Kropotkin e Bakunin para a defesa de terra. Esses pensamentos foram adaptados também a partir da necessidade e experiência da defesa das terras indígenas e camponesas do México (MALDONADO, 2015). Uma experiência desenvolvida por meio da defesa da posse de terra pelos produtores e em consonância com as questões agrárias e indígenas também fez com que os irmãos Magón “defendessem uma forma de anarquismo que se baseava na criação de comunidades locais e autossustentáveis” (MALDONADO, 2015, p. 51).

Essa visão e tradição revolucionárias tiveram impacto duradouro nas lutas por terra e reforma agrária no México, estendendo-se às mobilizações de povos indígenas e camponeses no Peru, na Colômbia, no Brasil, em Cuba e em outros países da América Latina ao longo dos séculos XX e XXI — o que evidencia a relevância da influência libertária nesta pauta. O anarquismo dos irmãos Magón, embora enraizado na luta por território e na tradição anticolonial indígena, não se restringia a essas dimensões: articulava também a mobilização dos trabalhadores urbanos e a necessidade da apropriação coletiva dos meios de produção. O Partido Liberal Mexicano — fundado por Anselmo Figueroa, Práxedes Guerrero, Ricardo Flores Magón, Enrique Flores Magón, Librado Rivera e outros militantes, entre eles indígenas e descendentes de espanhóis — defendia que, além da luta territorial e armada, era fundamental fortalecer a luta sindical e de classes. Nesse sentido, em diversos momentos, seções da IWW (Industrial Workers of the World), organização sindicalista revolucionária, ofereceram apoio às comunidades insurgentes na fronteira entre o México e os Estados Unidos, por meio de greves, envio de militantes e outras formas de solidariedade. Para Ricardo Magón,

o Partido Liberal Mexicano içou a Bandeira Vermelha nos campos de ação do México, onde nossos irmãos lutam como leões, disputando a vitória com as hostes da burguesia, sejam eles maderistas, reyistas, vazquistas, científicos ou outros, uma vez que todos eles se propõem apenas a nomear alguém como primeiro magistrado da nação, a fim de

que sob seu abrigo possam fazer negócios sem qualquer consideração pela massa da população do México. (MAGÓN, 1911, tradução nossa).

Os aderentes ao PLM não acreditavam apenas num “retorno à natureza”, mas na tomada de posse dos meios de produção, tanto de terra como da indústria, numa visão socialista, na qual todos os oprimidos fossem beneficiados e todas as classes dominantes fossem derrotadas no processo revolucionário. A autogestão e o contato nesses dois níveis, o campo e a cidade, teriam que ter uma sincronia tanto das culturas dos povos originários da região quanto das necessidades da nascente classe trabalhadora, num projeto socialista que pudesse englobar a reorganização da sociedade para todas as pessoas de forma ecológica, expandindo tal processo revolucionário globalmente. Recomendando, nesse contexto, as aspirações anarquistas, Ricardo Magón escreveu que

difundidas aos quatro ventos como um convite feito à dignidade e à honra estão as notas deste magnífico hino; deste hino comum a todos os oprimidos do mundo; deste hino que condensa todos os amargos martírios do povo e as angústias dos seus santos que anseiam pela redenção, deste hino que é simultaneamente queixa, protesto e ameaça. (MAGÓN, 1915, tradução nossa).

Outro processo revolucionário interessante, na mesma década, deu-se na Ucrânia, com as forças revolucionárias camponesas que lá construíram estratégias e horizontes com outras especificidades em relação à Revolução Russa. Em 1918, o território foi cedido ao governo imperial alemão por meio do Tratado de Brest Litovsky. Ao contrário do processo russo, a força camponesa, que era a esmagadora maioria da Ucrânia, sofreu mais influência do processo organizativo dos soviets e bem menos do Partido Comunista. Sendo assim, logo no mesmo ano, o Movimento Revolucionário de Camponeses da Ucrânia se constituiu a partir da tomada e socialização de terra aos trabalhadores e contra o Império Alemão. No sul, em particular na região de Guliaipolé, contando com o camponês anarquista Nestor Makhno, foi criado o “movimento makhnovista”, a partir de uma estratégia que combinava o anarquismo organizacionista, a tradição camponesa e táticas de guerrilha. Para o pesquisador Felipe Corrêa (2014), se

constituiu um movimento de camponeses pobres e operários que se autodirigiram tanto na defesa contra os ataques de inimigos quanto no

avanço para a conquista e libertação de regiões amplas” e, sendo assim, “as forças makhnovistas encabeçaram um processo revolucionário de larga escala com resultados notáveis” (CORRÊA, 2014, p. 3).

Para nossa argumentação, o mais interessante nesse caso foi a socialização autogestionária de terras que acontecia quando o exército makhnovista libertava um território. Piotr Arshinov (1976) aponta que:

a liberdade dos camponeses e dos operários, diziam os makhnovistas, pertence a eles próprios e não pode sofrer nenhuma restrição. É a eles mesmos que compete agir, construir, organizar-se como entenderem em todos os domínios da sua vida. Quanto aos makhnovistas, só podem ajudá-los com um ou outro conselho ou opinião e pôr à sua disposição as forças intelectuais e militares necessárias, mas não querem em nenhum caso prescrever seja o que for. (ARSHINOV, 1976, p. 163).

Ao contribuir para a conquista dos territórios pelos camponeses e trabalhadores, caberia à própria comunidade, de forma voluntária, construir os modos de uso e posse da terra, bem como definir suas formas de organização social, política e os métodos de convivência.. Com isso, já podemos enxergar uma ponte com a discussão contemporânea sobre autonomia e soberania de povos originários diante de suas terras, uma das bases das lutas ecológicas e da luta camponesa. Além disso, o panfleto makhnovista se mostrava como um “movimento revolucionário espontâneo e autônomo que se apoia nas massas laboriosas e aspira a estabelecer a liberdade e o bem-estar social e econômico de todos” (MAKHNO, 2001, p. 83). Nesse sentido, uma visão de partilha de terras, de forma que respeitasse o ritmo da natureza e da tradição dos povos que residiam naqueles territórios, só seria alcançada a partir dessa autogestão e da união fraterna dos oprimidos. Não se tratava, portanto, de uma visão reacionária de manter a posse de terra entre os latifundiários, como acusam alguns setores marxistas, mas de conceber uma ideia socialista em que a tomada desses territórios seria seguida por uma partilha igualitária e socialista para todos os trabalhadores e pessoas que estavam inseridos nesse processo.

Para tal, como mencionado, a visão da Revolução Ucraniana, embora bastante presente com os camponeses, acreditava na aliança com os trabalhadores das cidades, contando os assalariados das fábricas e do comércio, visando a autogestão em todos os sentidos, integrando a produção e respeitando as terras e os trabalhadores do campo. Assim sendo, para esses anarquistas, o

sindicalismo revolucionário englobava todos os trabalhadores, tanto dos campos quanto das cidades (CORRÊA, 2014).

Nesse ínterim, também devemos citar a trajetória de Ida Mett, uma anarquista russa que, posteriormente, ficou conhecida como uma das participantes do grupo Dielo Truda, responsável pelo documento da Plataforma Organizacional. Mett ressaltou que esse sistema camponês inspirou e influenciou uma parcela relevante do movimento revolucionário russo, que percebeu na *obchtchina* (comunidades rurais) uma “unidade do futuro socialismo camponês” e a capacidade de “preservar todo o país do estágio capitalista do desenvolvimento econômico”. Em um primeiro momento, o bolchevismo buscou atrair as massas camponesas para o processo revolucionário de 1917; alterando a clássica posição marxista de centralidade no proletariado urbano, as lideranças bolcheviques “por tática apoiavam quem levava os camponeses à ação direta” (METT, 1968, p. 25). Porém, uma vez no controle do Estado, essa política de favorecimento ao campesinato passou a se transformar, pois

consideravam como perigoso para a revolução dotar o campesinato da mesma representação nos sovietes que o proletariado, e a primeira Constituição soviética concedeu apenas uma representação limitada a um deputado por 125.000 eleitores, enquanto que os operários podiam delegar um deputado por 25.000 eleitores. Entretanto, desde que os bolcheviques tinham tomado o poder, não tinha mais eleições livres e a taxa da delegação não desempenhava mais nenhum papel, mas o fato mesmo é significativo. (METT, 1968, p. 26).

Posteriormente, sob o período do regime autoritário e produtivista de Stálin, a situação do campo iria se intensificar, resultando em um desastre de grandes proporções durante as coletivizações forçadas.

### **Considerações finais**

Outros diversos autores libertários, assim como outras práticas revolucionárias anarquistas trataram das questões ecológicas e ambientais (SANTOS, 2021). Mesmo assim, ao analisarmos os pensadores anarquistas destacados neste artigo e os processos revolucionários no México (1911-1913) e na Ucrânia (1918-1921), torna-se evidente o potencial do socialismo libertário para abordar questões ambientais e ecológicas.

Os anarquistas, muitas vezes, rejeitavam a ideia de que o desenvolvimentismo industrial fosse um requisito inevitável para o progresso. Em vez disso, defendiam uma sociedade autossustentável e ecológica, antecipando conceitos que só se tornariam amplamente discutidos muito tempo depois. A organização federalista e comunal da sociedade, proposta pelos anarquistas, baseava-se em uma observação cuidadosa da natureza, respeitando a diversidade geográfica e ecológica dos territórios ocupados pelos grupos humanos. Para os socialistas libertários, a autogestão não era apenas uma forma de garantir equilíbrio entre diferentes povos, mas também uma estratégia para administrar os recursos naturais de maneira sustentável. Essa gestão era orientada não pelo lucro, mas pelas necessidades reais da sociedade, em harmonia com os ciclos e limites do mundo natural.

Nos processos revolucionários, os anarquistas enfatizavam a importância de uma aliança entre o campo e a cidade, promovendo formas de produção e uso de recursos que buscassem dismantelar a distância e as hierarquias historicamente impostas entre esses dois ambientes. Essa perspectiva apontava para uma reorganização radical da sociedade, capaz de integrar populações urbanas e rurais em um esforço conjunto por sustentabilidade e justiça social.

Assim, acreditamos que diante do fracasso do liberalismo, da ordem capitalista, dos governos social-democratas e dos socialismos centralizadores em lidar com as questões ecológicas e sociais, o socialismo libertário oferece ferramentas valiosas para enfrentar o colapso socioambiental iminente.

## Referências

ANDRADE, Manuel Correia de (Org). **Elisée Reclus. Geografia: coleção Grandes cientistas sociais**. São Paulo: Ática, 1985.

ARSHINOV, Piotr. **História do Movimento Makhnovista: a insurreição dos camponeses da Ucrânia**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1976.

BAKUNIN, Mikhail. *Considerações Filosóficas sobre o fantasma divino, sobre o mundo real e sobre o homem, 1870*. In: **Arquivo Bakunin**. Disponível em: [http://arquivobakunin.blogspot.com/2011/01/consideracoes-filosoficas-sobre-o\\_11.html?m=1](http://arquivobakunin.blogspot.com/2011/01/consideracoes-filosoficas-sobre-o_11.html?m=1). Acesso em 15/05/2023.

BAKUNIN, Mikhail; MAXIMOFF, Gregori. *Necessidade da Organização*. In: *Federação Anarquista do Rio de Janeiro*. Disponível em:

<https://anarquismorj.wordpress.com/necessidade-org-mikhail-bakunin/>. Acesso em 23/05/2023.

BAKUNIN, Mikhail. **Textos Anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

BOOKCHIN, Murray. *The Ecology of Freedom, 1972*. In: *The Anarchist Library*, Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/murray-bookchin-the-ecology-of-freedom>. Acesso em 06/08/2023.

CORRÊA, Felipe. *A prática revolucionária da Makhnovtchina (1918-1921)*. In: *Instituto de Teoria e História Anarquista*, 2014. Disponível em: <https://itha-iath.org/wp-content/uploads/2024/01/felipe-correa-a-prc3a1tica-revolucionc3a1ria-da-makhnovitchina-1918-1921.pdf>. Acesso em 12 de dezembro de 2024

CORRÊA, Felipe. **Bandeira Negra: discutindo o anarquismo**. Editora Prismas: Curitiba, 2015.

CORRÊA, Felipe. **“Unidade real de pensamento e ação”: teoria política e trajetória de Mikhail Bakunin**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2021.

FERREIRA, José Maria Carvalho. **Élisée Reclus: vida e obra de um apaixonado da natureza e da anarquia**. Verve, São Paulo, p.109-134, 2006.

DE PAULA, Amir El Hakim. *Piotr Kropotkin e o apoio mútuo: a solidariedade enquanto substrato fundamental da natureza e da sociedade*. *Élisée - Revista De Geografia Da UEG*, Goiás, número 2, p.9- 26, 2017.

KROPOTKIN, Piotr. **A conquista do Pão**. São Paulo: Achiamé, 2011.

KROPOTKIN, Piotr. *Ciência Moderna e Anarquismo (1903)*. In: *Biblioteca Anarquista*, Disponível em: <https://bibliotecaanarquista.org/library/piotr-kropotkin-ciencia-moderna-e-anarquismo>. Acesso em 26 de abril de 2023.

KROPOTKIN, Piotr. **Socialismo**. Intermezzo/ Biblioteca Terra Livre, 2021

LÖWY, Michael. **O que é o ecossocialismo?**. São Paulo: Cortez, 2014.

MAGÓN, Ricardo Flores. *The Right of The Property (1911), The Triumph of the Social Revolution (1915)*. In: *Ricardo Flores Magón Archives - Marxist.Org*. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/anarchism/rica>. Acesso em 15 de abril de 2023.

MAKHNO, Nestor. **Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia**. São Paulo: Imaginário, 2001.

MALDONADO, Sergio. *Ricardo Flores Magón and the Transnational Anarchists in Los Angeles, 1900-1922. Perspectives*, número 2, Califórnia, p.49- 70, 2018.

MARGARUCCI, Ivanna. *Repensando el anarquismo en América Latina. ¿Del nacionalismo metodológico a un giro transnacional incompleto?. Prohistoria*, n. 34, p.251-282, 2020.

WOMACK, John. **Zapata and the Mexican Revolution**. New York: Vintage Books, 1968.

---

**Kauan Willian dos Santos**

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) (2021). Mestre (2016), Bacharel e Licenciado (2013) em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atualmente é pesquisador de pós-doutorado e integra o grupo de pesquisa História, Memória e Patrimônio do Trabalho da UNIFESP, com bolsa do CNPq. Sua atuação concentra-se na área de História, com ênfase em História do Brasil República e História Contemporânea, desenvolvendo pesquisas sobre os seguintes temas: imprensa operária e trajetórias políticas; migrações, relações étnico-raciais e dinâmicas transnacionais; mundos do trabalho e memória; anarquismo e sindicalismo; movimentos sociais e antifascismo; ecologias socialistas e libertárias; educação popular e pedagogia histórico-crítica

**Lattes:**

<http://lattes.cnpq.br/6126683365152844>

---

**Arthur Guimarães de Oliveira Castro**

Possui graduação em História pelo Centro Universitário Sagrado Coração (2020). Especialização em Ciências Humanas (PUC-RS). Cursando graduação em Filosofia (UNIP) e mestrado em Ciências Sociais (Unesp)

**Lattes:**

<http://lattes.cnpq.br/1940912878869640>

---